



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE CETESB

POLÍTICA DE DESCENTRALIZAÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Considerando que o meio ambiente equilibrado é direito de todos, impondo-se ao Poder Público o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações, nos termos do artigo 225 da Constituição Federal;

Considerando que de acordo com o artigo 23 da Constituição Federal de 1988 é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios *"proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas"; "preservar as florestas, a fauna e a flora"*;

Considerando que se entende por licenciamento ambiental o procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.

Considerando que a participação do município no licenciamento ambiental foi preconizada pela Resolução Conama 237/97, que prevê a transferência aos municípios do licenciamento de empreendimentos e atividades de impacto tipicamente local.

O Consema aprova a Política de Descentralização do Licenciamento Ambiental e a lista de atividades e empreendimentos de impacto tipicamente local, que seguem abaixo.

Compete ao órgão ambiental municipal, ouvidos os órgãos competentes da União, dos Estados e do Distrito Federal, quando couber, o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de impacto ambiental local e daquelas que lhe forem delegadas pelo Estado por instrumento legal ou convênio, cabendo observar que trata-se de daquelas atividades cujo impacto direto seja somente em seu território.

Quando a ampliação ou modernização dos empreendimentos e atividades já licenciados pelo órgão municipal de meio ambiente implicarem impactos ambientais que ultrapassem os limites territoriais, a competência do licenciamento ambiental será do órgão ambiental estadual.



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE CETESB

O estado, mediante solicitação, poderá avocar o licenciamento ambiental dos empreendimentos e atividades que, segundo seu entendimento, implicam impactos ambientais que ultrapassam os limites territoriais do município.

Os empreendimentos e atividades de impacto local declarados na lista serão passíveis de licenciamento ambiental pelos municípios, no exercício da competência do órgão ambiental municipal, ouvidos os órgãos competentes da União e do Estado, quando couber.

Para o município executar o licenciamento de impacto local deverá celebrar uma parceria com a Cetesb, efetivada por meio de instrumento legal, considerando a capacidade técnica do município em exercer tal atividade.

Para a municipalização, a Cetesb deverá prestar treinamento técnico, por meio da realização de cursos, cuja carga horária e conteúdo serão definidos em comum acordo com a administração municipal conveniente.

O convênio deverá prever avaliações periódicas do exercício da descentralização do licenciamento pelo município e do desenvolvimento do trabalho dos profissionais qualificados.

No caso de descumprimento, o convênio deverá ser reincidido.

Para o exercício da competência do licenciamento ambiental os municípios deverão possuir:

1. Conselho Municipal de Meio Ambiente, de caráter deliberativo;
2. Órgão ambiental municipal;
3. Profissionais qualificados, em seus quadros funcionais, e legalmente habilitados em seus respectivos órgãos de classe; e
4. Sistema de monitoramento e fiscalização ambiental, que garanta o cumprimento das exigências e condicionantes das licenças expedidas.

Será uma exigência, que deverá constar no convênio, que os municípios que exercerem o licenciamento ambiental dêem publicidade aos pedidos de licenciamento à Cetesb, à sociedade e a todos os municípios limítrofes, assegurando-lhes o acesso às informações técnicas, especialmente aquelas que permitam avaliar a extensão territorial dos impactos ambientais das atividades objeto de pedido de licenciamento.



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE CETESB

LISTA DE ATIVIDADES E EMPREENDIMENTOS DE IMPACTO TIPICAMENTE LOCAL

1. Transporte, exercido em âmbito intramunicipal

- Construção e ampliação de pontes;
- Recuperação de aterros e contenção de encostas;
- Abertura e prolongamento de vias intramunicipais;
- Recuperação de estradas vicinais e obras de arte;
- Heliponto;
- Ramal ferroviário intramunicipal;
- Corredor de transporte urbano;
- Terminal rodoviário (exceto em Áreas de Proteção aos Mananciais - APM; quando se tratar da Região Metropolitana de São Paulo).

2. Obras hidráulicas e saneamento, exercido em âmbito intramunicipal

- Centros de Reservação e Estações Elevatórias;
- Adutoras de Água intramunicipal;
- Estações elevatórias de esgotos, coletores tronco, interceptores, linhas de recalque intramunicipais;
- Bacias de contenção de cheias, com capacidade até 20.000 m³, galerias de águas pluviais;
- Canalizações de Córregos, com extensão inferior a 05 km;
- Barramentos, com área inundada inferior a 20 ha;
- Desassoreamento de córregos e lagos, com volume de sedimento inferior a 500.000 m³;
- Unidade de reciclagem de resíduos sólidos domésticos.

3. Projetos de lazer, exercido em âmbito intramunicipal



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE CETESB

- Complexos turísticos e de lazer, hoteleiros, parques temáticos, com capacidade máxima estimada menor que 2.000 pessoas/dia e autódromos.
4. Dutos, exercido em âmbito intramunicipal
- Dutos, com apresentação de estudos de análise de risco.
5. Empreendimentos do setor elétrico
- Linhas de transmissão e de distribuição desde que totalmente inseridas no território do município;
 - Subestações de energia elétrica, de pequeno porte e área inferior a 10.000 m²
6. Empreendimentos Industriais
- 6.1. Fabricação
- Sorvetes e outros gelados comestíveis
 - Biscoitos e bolachas
 - Massas alimentícias
 - Artefatos têxteis para uso doméstico
 - Tecidos de malha
 - Acessórios do vestuário, exceto para segurança e proteção
 - Tênis de qualquer material
 - Calçados de material sintético
 - Partes para calçados, de qualquer material
 - Calçados de materiais não especificados anteriormente
 - Esquadrias de madeira e de peças de madeira para instalações industriais e comerciais
 - Artigos de carpintaria para construção
 - Artefatos de tanoaria e de embalagens de madeira
 - Artefatos diversos de madeira, exceto móveis
 - Artefatos diversos de cortiça, bambu, palha, vime e outros materiais trançados, exceto móveis



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE CETESB

- Formulários contínuos
- Produtos de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado para uso comercial e de escritório
- Produtos de papel para uso doméstico e higiênico-sanitário não especificados anteriormente
- Produtos de pastas celulósicas, papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado não especificados anteriormente
- Artefatos de borracha não especificados anteriormente
- Embalagens de material plástico
- Tubos e acessórios de material plástico para uso na construção
- Artefatos de material plástico para uso pessoal e doméstico
- Artefatos de material plástico para usos industriais
- Artefatos de material plástico para uso na construção, exceto tubos e acessórios
- Artefatos de material plástico para outros usos não especificados anteriormente
- Artefatos de cimento para uso na construção
- Esquadrias de metal
- Artigos de serralheria, exceto esquadrias
- Equipamentos de informática
- Periféricos para equipamentos de informática
- Equipamentos de informática
- Máquinas de escrever, calcular e outros equipamentos não-eletrônicos para escritório, peças e acessórios
- Periféricos para equipamentos de informática
- Geradores de corrente contínua e alternada, peças e acessórios
- Móveis com predominância de madeira
- Móveis com predominância de metal
- Móveis de outros materiais, exceto madeira e metal



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE CETESB

- Colchões
- Artefatos de joalheria e ourivesaria
- Aparelhos e utensílios para correção de defeitos físicos e aparelhos ortopédicos em geral sob encomenda
- Aparelhos e utensílios para correção de defeitos físicos e aparelhos ortopédicos em geral, exceto sob encomenda

- Escovas, pincéis e vassouras

6.2. Demais empreendimentos industriais

- Impressão de material para uso publicitário
- Impressão de material para outros usos
- Edição integrada à impressão de livros
- Lapidação de gemas
- Aparelhamento de pedras para construção, exceto associado à extração
- Produção de artefatos estampados de metal
- Hotéis
- Apart-hotéis
- Motéis
- Lavanderias
- Tinturarias
- Atividades de gravação de som e de edição de música
- Edição de cadastros, listas e outros produtos gráficos
- Edição integrada à impressão de cadastros, listas e outros produtos gráficos
- Reforma de pneumáticos usados
- Envasamento e empacotamento sob contrato
- Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE CETESB

7. Coleta de resíduos não-perigosos
8. Gestão e manutenção de cemitérios

Nota 1: Quando estes empreendimentos e atividades se localizarem em áreas rurais, e implicarem intervenção em Áreas de Preservação Permanente e/ou Supressão de Vegetação Nativa, deverá ser ouvido o órgão ambiental estadual/DEPRN, para manifestação e autorização, conforme regra estabelecida no item 10.

Nota 2: Quando os empreendimentos e atividades se localizarem em áreas de proteção dos mananciais da Região Metropolitana de São Paulo, deverá ser ouvido o órgão ambiental estadual/DUSM, previamente à emissão das licenças.

Nota 3: No licenciamento dos empreendimentos e atividades constates dos itens 1 a 4 deverão ser cumpridos os procedimentos administrativos previstos na legislação pertinente, em especial aqueles contidos na Resolução CONAMA 237/97, com a emissão das Licenças Prévia, de Instalação e Operação.

9. A emissão de autorização para supressão de vegetação nativa e intervenções em Áreas de Preservação Permanente, seguindo as regras descritas nos itens A, B e C.
 - A. Em áreas urbanas consolidadas nas situações descritas abaixo caberá exclusivamente à Prefeitura a emissão de autorizações, observada a legislação vigente:
 - Supressão de árvores nativas isoladas e de exemplares arbóreos de espécies exóticas;
 - Corte de árvores nativas isoladas incluídas nas listas oficiais de espécies ameaçadas de extinção, observado o disposto na Resolução SMA 18/07;
 - B. Em áreas urbanas nas situações descritas abaixo caberá à Prefeitura, após a anuência prévia do Órgão Ambiental Estadual/DEPRN, a emissão de autorização, observada a legislação vigente:
 - Intervenção em Área de Preservação Permanente (APP), nos casos permitidos pela legislação, quando a área se apresentar sem vegetação, árvores isoladas ou com vegetação em estágio pioneiro de regeneração.
 - Supressão de fragmento de vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica na formação secundária médio de regeneração, excetuado o disposto no artigo 30 da Lei 11.428, de 22 de dezembro de 2006.



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE CETESB

- Supressão de fragmento de vegetação nativa do Bioma Cerrado no estágio inicial de regeneração do Cerradão e do Cerrado Stricto Sensu.
- Parágrafo único - A solicitação de anuência prévia do órgão ambiental estadual/DEPRN deverá ser instruída com Parecer Técnico conclusivo da Autoridade Ambiental Municipal.

C. Em áreas rurais (não urbanas, conforme definido no inciso IV do item 1) e nas demais situações não previstas nos itens 2 e 3 as intervenções em Áreas de Preservação Permanente e supressão de vegetação nativa serão objeto de autorização do Estado.

Considerando as seguintes definições:

- Árvores Isoladas: são aquelas situadas fora de fisionomias vegetais, sejam florestais ou savânicas, cujas copas ou partes aéreas não estejam em contato entre si, destacando-se da paisagem como indivíduos isolados;
- Fragmento de vegetação nativa: remanescentes do bioma Mata Atlântica composto por vegetação primária ou secundária, nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração definidos na Resolução CONAMA 01/94 e remanescentes do bioma Cerrado, observando-se a definição dada pela Resolução SMA n°55/95, Anexo 1.
- Vegetação em estágio pioneiro de regeneração: é aquela cuja fisionomia, geralmente campestre, tem inicialmente o predomínio de estratos herbáceos, podendo ocorrer estratos arbustivos, conforme definição da Resolução CONAMA 001/94.
- Área urbana: entende-se por área urbana, para fins deste convênio, aquela que se caracterize simultaneamente pelos seguintes critérios:
 - i. Definição legal pelo poder público;
 - ii. Existência de, no mínimo, quatro dos seguintes equipamentos de infra-estrutura urbana:
 - malha viária com canalização de águas pluviais
 - rede de abastecimento de água
 - rede de esgoto
 - distribuição de energia elétrica e iluminação pública
 - recolhimento de resíduos sólidos urbanos
 - tratamento de resíduos sólidos urbanos



**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CETESB**

- iii. Densidade demográfica superior a cinco mil habitantes por km².